

# Declaração Conjunta

Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa na América Latina e no Caribe

20 de abril de 2023

Nós, parlamentares da América Latina e do Caribe participantes do Observatório Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa (OPCC), reunidos em Santiago, Chile, por ocasião da Primeira Cúpula Parlamentar sobre Mudança Climática e Transição Justa na América Latina e no Caribe,

Conscientes do papel protagonista do poder legislativo para impulsionar a construção de marcos legislativos efetivos para a transição justa para economias sustentáveis e de baixo carbono nos países da América Latina e do Caribe,

Recordando o propósito do OPCC de constituir uma ferramenta de informação compartilhada sobre o estado da legislação e a tramitação parlamentar em matéria de meio ambiente na América Latina e no Caribe, contribuindo assim para os objetivos do chamado “Acordo de Escazú” em termos de transparência, acesso e divulgação de informações ambientais e dados legislativos,

Reafirmamos nosso compromisso, no âmbito do OPCC, de informar, atualizar e assegurar o acesso às informações ambientais e dados legislativos de nossos parlamentos.

Reiteramos a necessidade de rápida e plena implementação dos acordos políticos no fórum de nossos parlamentos, incluindo a necessidade de ratificação imediata do “Acordo de Escazú” pelos Estados que ainda não o fizeram, e o pleno cumprimento do “Acordo de Escazú” nos Estados em que está em vigor, do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Tendo em consideração os riscos de aprofundar as desigualdades entre os países de nossa região, reafirmamos nosso compromisso de promover, a partir dos Parlamentos, iniciativas de integração internacional e solidariedade na busca de soluções coletivas, especialmente apoiando as nações mais afetadas pelos impactos catastróficos da mudança climática, com menção especial aos Pequenas Ilhas em Desenvolvimento (PEID) do Caribe.

Nos comprometemos com a co-construção de uma agenda concreta em nível nacional e, especialmente, regional de ações ligadas a (i) Conservação de Ecossistemas, (ii) Marco de Financiamento e Taxonomia Verde e Sustentável; (iii) Orçamentos para a Sustentabilidade; e (iv) Desenvolvimento Sustentável e Resiliente ao Clima e Industrialização Verde Rumo a um Novo Modelo Econômico.

## Conservação de Ecossistemas

Convencidos de que ecossistemas saudáveis e biodiversidade são as mais fortes defesas naturais contra a mudança climática e conscientes do papel especial desempenhado pelos ecossistemas da Amazônia, do Gran Chaco, dos Glaciares Andinos e dos recifes de coral, mangues e leitos de ervas marinhas do Caribe, entre outros ecossistemas, na regulação climática, no sequestro de carbono na atmosfera, na proteção da costa e no ciclo da água de nossos territórios, entre outras funções inerentes a nossos sistemas de vida,

Nos comprometemos, fazendo uso de nossas funções legislativas, a desenvolver iniciativas para a proteção e conservação dos ecossistemas, buscando o imperativo de expandir a área de superfície de áreas naturais protegidas, em linha com a meta “30x30” da Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas, promovendo também a criação de corredores ecológicos e outras áreas para a conservação das espécies, proporcionando-lhes segurança jurídica por meio de normativas específicas.

Também nos comprometemos a promover o monitoramento de políticas públicas de Estado e tarefas de controle, estabelecendo processos multi-ator para reduzir os riscos de invasão, incêndio, expansão insustentável da fronteira agrícola e uso extrativista ilegal em áreas de conservação.

Comprometemo-nos ainda a apoiar o desenvolvimento de sistemas robustos de justiça ambiental para incorporar os crimes ambientais aos sistemas penais, reconhecendo que os aspectos sociais e a vida humana nos ecossistemas são fundamentais para toda a sociedade mundial e que a mudança climática afeta desproporcionalmente diferentes grupos da população mundial, especialmente em relação à raça, etnia, gênero, renda e educação.

Nos comprometemos a criar condições para a segurança dos Povos Indígenas, Quilombolas, Povos Tradicionais, cidadãos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Caribe (PEID) e outros grupos que são desproporcionalmente mais afetados pela crise climática, tanto em suas comunidades como individualmente, promovendo a conservação apropriada dos ecossistemas para combater a mudança climática e garantir uma transição justa.

Comprometemo-nos, em nossa capacidade parlamentar na região mais biodiversa do mundo, a construir soluções climáticas em conjunto com as comunidades locais, Povos Indígenas e Tradicionais, fortalecendo o diálogo baseado na valorização de seus conhecimentos e tecnologias ancestrais e abordando questões de racismo ambiental e desigualdades sociais relacionadas, garantindo sua proteção, assim como a proteção de seus territórios e tradições.

Finalmente, em coordenação com os governos locais, a sociedade civil e a comunidade científica, estamos comprometidos em articular normativas e iniciativas legislativas que gerem oportunidades para implementar soluções baseadas na natureza e alternativas econômicas sustentáveis sem colocar ecossistemas em risco, assegurando a proteção dos Povos Indígenas e Tradicionais.

## Marco de Financiamento e Taxonomia Verde e Sustentável

Enfatizando que a justa transição para economias de baixo carbono e sustentáveis requer investimentos e gastos direcionados para por essa transformação em movimento,

Nos comprometemos a estabelecer uma estrutura de financiamento que promova investimentos não apenas voltados para a mitigação da mudança climática, mas também para investimentos resilientes ao clima, promotores de adaptação e investimentos ligados a perdas e danos, para fornecer apoio financeiro a investimentos em infraestrutura pública, instalações e comunidades verdes e resilientes ao clima.

Nos comprometemos a estabelecer uma taxonomia verde e sustentável que defina critérios segundo os quais os investimentos podem ser considerados verdes e sustentáveis, contribuindo para criar um ambiente de confiança e seguranças que garanta a transparência, o controle e o monitoramento dos investimentos, minimizando os riscos práticas enganosas ou *greenwashing* e permitindo que os tomadores de decisão identifiquem investimentos que sejam ambientalmente e socialmente sustentáveis e em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável, climáticos e sociais de longo prazo.

Nos comprometemos, a partir de nossa condição de legisladores da América Latina e do Caribe, a trabalhar juntos para identificar e acordar critérios compartilhados para harmonizar elementos mínimos comuns de taxonomias verdes e sustentáveis em nossa região, entendendo e reconhecendo que as taxonomias verdes e sustentáveis também devem apresentar distinções que reflitam as especificidades entre países, especialmente em relação à sua contribuição para objetivos ambientais e sociais específicos.

Nos comprometemos a defender normativas que permitam estabelecer um sistema sério, transparente e rigoroso de avaliação de critérios específicos de desempenho ambiental e social para determinar se eles atendem aos requisitos da taxonomia de investimentos verdes e sustentáveis.

## Orçamentos para a Sustentabilidade

Enfatizando a importância dos gastos públicos na transição justa para economias sustentáveis e de baixo carbono e compreendendo que um ambiente saudável, incluindo a conservação e a restauração dos ecossistemas naturais, é fundamental para nossa sobrevivência,

Nos comprometemos a promover um padrão comum e elevado para projetos e ações financiadas com recursos públicos que contemple a necessidade de assegurar que todos os gastos e investimentos públicos sejam sustentáveis; e que assegure que a infra-estrutura e as instalações públicas sejam resilientes ao clima.

Nos comprometemos a apoiar a transversalização dos conceitos de sustentabilidade e resiliência climática em nossos orçamentos nacionais, incluindo o desenvolvimento de critérios mínimos verdes e resilientes ao clima que todos os projetos e iniciativas públicas devem cumprir para serem financiados com recursos públicos.

Nos comprometemos a promover normativas que definam níveis máximos aceitáveis de impacto nos ecossistemas no desenvolvimento e operação de infra-estrutura e instalações, bem como metas de eficiência energética, eficiência hídrica e gestão de resíduos.

## Desenvolvimento Sustentável e Resiliente ao Clima e Industrialização Verde Para um Novo Modelo Econômico

Considerando as oportunidades que brinda ao bem-estar e a prosperidade humana o aumento dos esforços e investimentos para o fortalecimento dos serviços ecossistêmicos, a regeneração da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, a economia circular, a redução da pegada de carbono nos diferentes setores produtivos e de consumo, a mitigação, a adaptação e a resiliência às mudanças climáticas,

Compreendendo que a abundância de recursos naturais em nossa região, que é única no planeta, pode se traduzir em uma vantagem comparativa e uma oportunidade para o desenvolvimento econômico e a saúde, resiliência e prosperidade das pessoas, comunidades e populações,

Reconhecendo a necessidade urgente de superar de uma vez por todas a dicotomia entre o desenvolvimento socioeconômico e o cuidado com o meio ambiente,

Afirmamos que a transição para uma economia de baixo carbono e sustentável deve ser o núcleo duro e elemento inseparável da estratégia de desenvolvimento de um país, em cujo centro deve estar o objetivo de garantir os direitos humanos, a dignidade humana e promover o bem-estar das populações de nossa região em toda a sua diversidade.

Nos comprometemos em trabalhar ativamente em nossos parlamentos para fomentar o desenvolvimento das capacidades produtivas, industriais, do ecoturismo e da agricultura sustentável na região, propondo e reforçando regimes de fomento e investimento para a economia verde, a industrialização verde, a eletromobilidade e a economia do conhecimento, entre outras áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, a fim de reter em nossos países os empregos, a renda e a prosperidade econômica que investimentos de baixo carbono e sustentáveis podem gerar, incluindo o planejamento estratégico de longo prazo.

A partir de nossas diferentes funções nos parlamentos da América Latina e Caribe, nos comprometemos a promover normativas para acelerar a transição energética justa e sustentável e promover setores estratégicos, a fim de construir um novo modelo econômico que dê sustentação a um ambiente saudável, à vida humana em sua diversidade e ao desenvolvimento sustentável.

Também nos comprometemos a identificar, a partir de um processo de diálogo entre os parlamentares participantes da OPCC e no âmbito dos processos de integração regional existentes, tais como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade das Nações Andinas (CAN) e a Comunidade do Caribe (CARICOM),

mecanismos comuns para medir, compensar e reduzir os impactos de nossas atividades produtivas e para a implementação ágil e transparente de mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos.

Instamos os parlamentares de todo o mundo a unir esforços a esta iniciativa, por meio da cooperação interparlamentar e da parceria para os objetivos e desafios comuns que temos como parlamentares do Sul Global.

Assinam esta declaração:

<p>X  Senadora Nacional Gladys González Presidente da Comissão de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Senado da Nação Argentina</p>		<p>X  Senador Jaques Wagner (PT-BA) Lider do Governo no Senado Federal Senado do Brasil</p>
<p>X  Senadora Cecilia Isabel Requena Zárate Secretária da Comissão de Terra e Território, Recursos Naturais e Meio Ambiente do Senado do Estado Plurinacional da Bolívia</p>		<p>X  Representante Juan Carlos Lozada Representante da Câmara do Congresso da República da Colômbia</p>
<p>X  Deputada Ximena García Secretaria da Comissão de Recursos Naturais e Conservação do Ambiente Humano, Câmara de Deputados da Nação Argentina</p>		<p>X  Deputado Maximiliano Ferraro Membro da Comissão de Recursos Naturais e Conservação do Ambiente Humano, Câmara de Deputados da Nação Argentina</p>
<p>X  Deputada Célia Xakriabá Presidente de la Comisión de Amazonia e Povos Originários Câmara de Deputados do Brasil</p>		<p>X  Senadora Ximena Ordenes Neira Integrante de la Comisión de Desafíos del Futuro, Ciencia, Tecnología e Innovación, Senado de Chile</p>
<p>X  Deputado Nilto Tatto Membro da Comissão de Meio Ambiente Câmara de Deputados do Brasil</p>		<p>X  Sr. Gwendell Marbelina, Membro do Parlamento Curaçao</p>
<p>X  Deputado Samuel Andrés Pérez Alvarez Deputado do Bloco Legislativo Semilla Congreso da República de Guatemala</p>		<p>X  Honorable Sra. Veronica Dorsette Hector Secretaria Parlamentaria Montserrat</p>
<p>X  Sr. Eliezer Benito Wheatley Enviado Especial do Premiê das Ilhas Virgens Britânicas</p>		<p>X  Honorable Sr. Melvin "Mitch" Turnbull Ministro de Recursos Naturais e Trabalho Ilhas Virgens Britânicas</p>
<p>X  Deputado Mtro. Federico Ruiz Membro da Comissão Especial de Ambiente Câmara de Representantes do Uruguay</p>		<p>X  Senadora Leila Barros Presidente da Comissão de Meio Ambiente Senado Federal do Brasil</p>
<p>X  Deputada Consuelo Veloso Ávila Membro da Comissão de Agricultura, Silvicultura e Desenvolvimento Rural, Câmara de Deputadas e Deputados do Chile</p>		<p>X  Senador Juan Ignacio Latorre Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Bens Nacionais, Senado do Chile</p>